

*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República,*

*Em 10.janeiro.2019 o Governo de Portugal tornou público o Relatório do Plano Nacional de Investimentos 2030 e respetivos anexos em que constava como investimento previsto para o período de 2021 a 2030 a “construção da variante e aumento da velocidade máxima de circulação entre Santarém e Entroncamento (troço Vale de Santarém-Entroncamento)”.*

*Esta é uma obra há muito esperada em toda a região e crucial para a mobilidade e desenvolvimento das populações servidas por esta linha ferroviária, a nível local e nacional.*

*Na Apresentação do Programa Nacional de Investimentos para 2030, tornada pública no passado dia 22.outubro, não consta qualquer referência ou verba alocada a este projeto.*

*Conclui-se que a concretização da variante à atual linha ferroviária do Norte na zona de Santarém e conseqüente mudança da estação para outro local próximo da cidade, terá ficado arredada dos investimentos previstos para os próximos anos. É sim anunciada uma nova ligação de alta velocidade Lisboa-Porto que não passa por Santarém.*

*Sem pôr em causa o interesse nacional e sem prejuízo do plano ferroviário apresentado pelo Governo, a população indigna-se e não se pode conformar com o adiamento ou desistência da concretização desta obra estrutural para o desenvolvimento da região. Santarém, capital de distrito, não pode nem deve ser secundarizada e deixada para trás no comboio do desenvolvimento.*

*A não concretização deste projeto constitui um perigo iminente e constante de derrocada de barreiras sobre a linha do comboio na zona da Ribeira de Santarém (onde se situa a atual estação de Santarém) que, a acontecer, resultaria numa mais que provável catástrofe com eminentes perdas humanas e também materiais.*

*Assim, vêm os peticionários, nos termos da Lei nº 43/90, de 10 de agosto, solicitar à Assembleia da República as diligências necessárias para que a intenção de não realização desta obra no âmbito do PNI 2030 seja revertida e que a referida variante à atual linha do Norte na zona de Santarém venha a ser uma realidade ainda na presente década.*

São promotores desta petição (por ordem alfabética): Amílcar Regueira Faustino, Ana Simão, António Branco, António Figueiredo, António Garcia Correia, António José Amaral, António Leal Lopes, António Lopes Monteiro, António Monteiro Abreu, António Pinto Correia, António Veiga, Armando Rosa, Bruno Filipe Alves, Carlos Almeida Cruz, Carlos Assunção, Carlos Jorge Pereira, Carlos Matias, Carlos Oliveira, Carlos Segundo Nestal, Clara Silva de Brito, Diogo Mateus, Dunia Palma, Emília Daniel Leitão, Ernesto Jana, Esmeralda Silva, Estela Lázaro, Fernando Ferreira, Francisco Mendes, Francisco Pereira, Francisco Pombas, Helena Sousa Ricardo, Horácio Frade da Silva, Humberto Nelson Ferrão, Jacinto Fernandes, Jéssica Vassalo, João Inglês, João Lérias, Joaquim Botas Castanho, Joaquim Correia Bernardo, Joaquim José Pinheiro, Joaquim Neto, Jorge Custódio, José Augusto Rodrigues, José Garrucho Martins, José Luís Latoeiro, José Magalhães, José Marcelino, José Miguel Noras, José Nunes Portugal, José Raimundo Noras, Leonor Beatriz Abreu, Lourdes Veiga Comparada, Ludgero Mendes, Luís Cunha Romão, Manuel Cabral, Marco Pombo, Margarida Nazareth Barbosa, Maria do Céu Lima Santos, Maria Elvira Marques, Maria Inês Canha, Maria João Alves, Maria Josefina Mata, Maria Margarida Lencastre, Nuno Domingos, Nuno Gomes, Patrícia Fonseca, Paulo Filipe Chora, Paulo Melo, Pedro Bernardino, Pedro Filipe Oliveira, Pedro Santos Rosa, Pedro Silva Sena, Raúl Caldeira, Rui Nunes Correia, Rui Ventinhas, Teresa Serrano, Vítor Barreto, Vítor Franco.

Assinaram esta petição um total de **1 098 signatários**, tendo a recolha de assinaturas sido efetuada:

- Na plataforma eletrónica “Petição Pública” (<http://peticaopublica.com>), registada na Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) com o nº 9327/2009 – 1 063 signatários – Consulta em <https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=desvio-linha-norte> (anexa-se impressão).
- Em suporte de papel - 35 signatários - Folhas de recolha anexas.

Santarém, 27 de novembro de 2020